



O CONTO DA AIA E A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER

THE HANDMAID'S TALE AND WOMEN'S REPRESENTATIVITY

Carina Machado Soares¹

Jandir Ademar Schmidt²

RESUMO

Atualmente o índice de mulheres eleitas na política brasileira, é baixíssimo. Desse modo, faz-se necessário que mais mulheres sejam eleitas, para dar voz à representatividade feminina, para que haja de fato uma representação de gênero. Atualmente o direito feminino fica sub-representado, uma vez que em sua grande maioria o legislativo é dominado por homens. E é possível neste aspecto identificar onde o patriarcado, com a subjugação feminina, defronta com o questionamento de qual o papel da mulher politicamente, para mudar a realidade feminina ante o papel da mulher na obra O Conto da Aia. O intuito do presente artigo é analisar o papel da mulher na política brasileira, bem como, verificar a importância do feminismo como movimento transformador e de luta para as mulheres, descrevendo como o feminismo existe para evitar a nulidade de direitos feminino. Para a realização do presente artigo, foi utilizado o método de abordagem dedutivo, com pesquisas bibliográficas, revisão doutrinária, busca em artigos científicos, bem como a análise sobre a legislação brasileira, aplicado ao real papel da mulher na política brasileira. Desta forma conclui-se que as mulheres ocupam menos cargos de poder que os homens, a raiz deste problema é encontrada no sistema patriarcal, que desde sempre colocou a mulher num patamar inferior que o homem com ideias sexistas.

Palavras-Chave: O Conto da Aia. Feminismo. Representatividade. Política.

ABSTRACT

Currently, the rate of women elected in Brazilian politics is very low. Thus, it is necessary that more women are elected, to give voice to female representation, so that there is indeed a gender representation. Currently, women's law is underrepresented, since the vast majority of legislatures are dominated by men. And it is possible in this respect to identify where patriarchy, with female subjugation, faces

¹Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade do Contestado – Campus Concórdia. Santa Catarina. E-mail: carinamachadosoares@gmail.com

²Mestre em Direito pela Universidade Federal Santa Catarina e Professor do Curso de Direito da Universidade do Contestado - Campus Concórdia. Santa Catarina. E-mail: jandir.schmidt@gmail.com

the question of what is the role of women politically, to change the reality of women in face of the role of women in the work O Conto da Aia. The purpose of this article is to analyze the role of women in Brazilian politics, as well as to verify the importance of feminism as a transformative and struggling movement for women, describing how feminism exists to prevent the nullity of women's rights. For the accomplishment of this article, the deductive approach method was used, with bibliographic research, doctrinal review, search for scientific articles, as well as the analysis of Brazilian legislation, applied to the real role of women in Brazilian politics. Thus, it is concluded that women occupy less positions of power than men, the root of this problem is found in the patriarchal system, which has always placed women in a lower level than men with sexist ideas.

Keywords: The Tale of the Maid. Feminism. Representativeness. Politics.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objeto a literatura e o direito, que estão interligados, uma vez que o meio jurídico não é uma ciência exata e sim uma matéria que lida exclusivamente com o comportamento humano. A literatura como forma de cultura e de arte nada mais é do que uma das maneiras que existem de expressão desse comportamento. Portanto, ao associar uma à outra, é possível estudar de uma forma sensível o comportamento humano e suas ações numa ótica jurídica, embora muito ainda haja o que se questionar onde realmente se separa a realidade da ficção.

Embora fantasiosos e imaginários, os acontecimentos narrados nos remetem à fragilidade do cotidiano político real e débil. Leva o leitor a questionar se em determinado momento uma sociedade poderia passar por situações como as descritas no livro e continuar tendo esperança.

Percebe-se que a personagem principal relata a agressividade, a humilhação e as situações de ultraje em que as mulheres são submetidas pelo Estado, e a maneira como isso se dissemina silenciosamente, baseando-se em um fundamentalismo religioso.

Inúmeras vezes, ao longo da história mundial, mostrou-se a ascensão de líderes que baseados em perspectivas e crenças religiosas levaram sociedades a cometer crimes terríveis em nome da fé. Isso acontece de forma bem sucinta inicialmente em “O Conto da Aia”, um grupo religioso incorpora a insegurança e o medo da população que está passando por uma grande crise ambiental, e usa isso

para aplicar um golpe de Estado, justificando dessa forma as atrocidades que viriam a fazer no futuro.

Sociedades que emergiram em revoluções, ou guerras, ou ainda qualquer tipo de abalo em suas ideologias ou políticas, como é o caso da obra, ao serem observadas, constata-se que as mulheres foram de fato as pessoas que mais sofreram com essas mudanças. Isto porque, o movimento de libertação feminina ainda está em processo, ainda é muito recente o fato de uma mulher não ser considerada capaz para seus direitos civis, e tudo isso mediante uma situação de conflito fica muito frágil de atingir aqueles a quem ainda não se tem o devido respeito e empatia, que são as mulheres.

Em virtude de tudo isso, em princípio, surge o questionamento, qual a realidade do papel da mulher na política atual do país, será este O Conto Da Aia brasileiro?

Tem-se como objetivo principal analisar o papel da mulher na política brasileira, com base na obra O Conto da Aia. Como desdobramento deste, alia-se a pretensão de, primeiramente verificar a importância do feminismo como movimento transformador e de luta para as mulheres sob a luz e inspiração da obra de Margaret Atwood o Conto da Aia, descrevendo como o feminismo existe para evitar a nulidade de direitos femininos que se observa na obra, em seguida, dissertar sobre como o meio político, ainda é um local de totalitarismo masculino no país e onde está a mulher nesse contexto, posteriormente expor um paralelo comparativo da política feminina do Brasil em relação a outros países e apontar como é a realidade da mulher que é atuante na política brasileira.

Nessa perspectiva torna-se interessante salientar que a luta pela liberdade feminina é recente. No Brasil até o ano de 1962 todas as mulheres casadas eram consideradas pelo Estado incapazes para os atos da vida civil, ainda nessa perspectiva sexista e machista, o código penal tinha expressões como “mulher honesta” para determinar mulheres vítimas de determinado crime.

Essa realidade teve um início de mudança com a Constituição de 1988 que trouxe uma ótica mais igualitária para as mulheres, embora a lei, constitucional especificamente, seja clara ao dispor que direitos e deveres são iguais, culturalmente a mulher habita um papel historicamente minorado pelo sexismo. Portanto é possível observar a importância da voz da mulher na política, como instrumento e

representação da luta de todas as cidadãs mulheres, assim representadas por elas em gênero.

Embora as normas que regem a Constituição tenham como objetivo proteger as mulheres, hoje no Brasil o número de mortes contra elas é assustadoramente alto se comparado com a dos homens. A violência doméstica é uma prática de índices muito altos ainda, levando em consideração, que também é uma forma de subjugar e diminuir a mulher.

Na obra aqui descrita, o direito político das mulheres era inexistente, e o reflexo disso, era uma sociedade que abusava, violentava e subjugava a mulher. Neste aspecto é possível perceber como o movimento feminista é importante para a luta de uma transformação social que ainda não aconteceu, que está em pleno processo, para que de fato as mulheres tenham mais voz, que as suas ideias, seus projetos e seu grupo de gênero tenham representatividade eficaz e não meramente ilusória.

Destarte, para a realização e elaboração do presente artigo, foi utilizado o método de abordagem dedutivo, partindo do livro O Conto da Aia, para compreender a representatividade da mulher e então analisar se ela acontece em cargos legislativos no Brasil. Emprega-se a técnica de pesquisa bibliográfica, tal como a análise sobre a legislação brasileira.

Em suma um breve resumo da literatura ao qual deu base e inspiração para o artigo, subsequente a este, um aprofundamento do feminismo enquanto movimento social, explicando o que é o movimento e como ele busca quebrar paradigmas do patriarcado, e por fim um contraste entre O Conto da Aia e a mulher na política brasileira, retratando a atual situação das mulheres no legislativo e o motivo do baixo número do gênero na política.

2 O CONTO DA AIA

O romance escrito por Margaret Atwood em 1985, ambienta-se em meados de 2005, é uma obra distópica em um governo totalitário fundamentalista cristão. Devido a problemas por efeito de radiação, a natalidade caiu em consequência da esterilidade de homens e mulheres, há ainda os problemas no cultivo de alimentos, que na época, deixaram a população com pouca expectativa de futuro.

Baseado nesse contexto de crise ambiental, um grupo fundamentalista cristão denominado "Filhos de Jacó" mediante um golpe de Estado toma o poder militarmente, do governo dos Estados Unidos da América, extinguindo o congresso e a constituição, estabelecendo uma censura aos meios de comunicação e começa a definir uma nova sociedade baseada unicamente na religião e os ensinamentos bíblicos do antigo testamento. Imediatamente e de modo sorrateiro a mulher perde seus direitos, inicialmente perdem seus empregos; "Vou ter que dispensar vocês, disse ele, é a lei, tenho que cumprir. Tenho que dispensar vocês todas. Ele disse isso delicadamente, como se fôssemos animais selvagens[...]" (ATWOOD, 2017, p.157); e o acesso às suas contas bancárias; "Eles congelaram as contas; disse ela. A minha também. A da cooperativa também. Qualquer conta com um F em vez de um M" (ATWOOD, 2017, p.158); tudo isso com um exército armado nas ruas, não o exército do país, mas sim outro exército, até o momento em que os, Estados Unidos da América passa a ser definitivamente na República de Gilead.

A partir deste ponto "Os filhos de Jacó" dividem o povo em uma espécie de castas, onde a mulher não tem nenhum direito civil, político, liberdade nem mesmo sobre seu próprio corpo. As mulheres férteis tornavam-se Aias dos comandantes ricos, para gerar filhos que as esposas não podem gerar. O livro é narrado em primeira pessoa por uma aia, Offred, que na tradução para o inglês significaria "of Fred", ou seja, "do Fred". Fred era o nome do comandante ao qual a aia que narra a história era serva, isso nada mais significava do que uma propriedade, ela não era mais dona de seu corpo, e sim uma propriedade de seu comandante, este nem mesmo era o nome dela, porém agora ela não poderia mais utilizar seu verdadeiro nome. Offred perde seu marido na tentativa de fugir, e sua filha de aproximadamente 5 (cinco) anos, que supostamente foi para adoção.

A aias são identificadas pelas roupas, túnicas vermelhas e uma touca branca, são encaminhadas para um centro de treinamento, ao qual a narradora chama de "centro vermelho", onde são doutrinadas pelas Tias para serem totalmente submissas, toda e qualquer rebeldia é punida violentamente, são ameaçadas de morte constantemente caso não cumpram as regras, é feita uma reprogramação em todos os valores e crenças das mulheres.

Aqueles que se rebelaram, tanto Aias, quanto Marthas ou os "traidores de gênero" como são chamados os homossexuais são enforcados e deixados

pendurados no muro para servir de exemplo; “Nós paramos, juntas como se atendendo a um sinal e olhamos para os corpos. Não faz mal se olharmos. Espera-se que olhemos: é para isso que estão lá, pendurados no Muro, para esse objetivo” (ATWOOD, 2017, p. 34), levando em consideração que a República de Gilead era constantemente monitorada por soldados fortemente armados.

Offred narra detalhadamente sua vida na casa do comandante, seus afazeres diários e situações de abuso e submissão a que ela é imposta. Todas as mulheres da República de Gilead eram proibidas de ler, escrever, ter acesso a qualquer meio de comunicação, poderiam vestir uma única cor definida de acordo com sua casta, com roupas que cobrissem todo o corpo. As esposas apesar de um status social elevado ainda assim eram tão nulas de direitos quanto qualquer mulher, em determinado momento Offred refere-se a Serena Joy, mulher do comandante, que antes era bastante atuante à frente de discursos do movimento "Filho de Jacó".

As Aias por serem mulheres férteis, uma vez por mês passavam pela cerimônia "Espero, lavada, escovada, alimentada, como um porco premiado" (ATWOOD, 2017, p.73). Durante a cerimônia a esposa sentava-se na cama de pernas abertas, a aia deitava entre suas pernas, e o comandante após a leitura da bíblia mantinha relações sexuais com a aia, enquanto a esposa segurava as mãos da criada, para significar que seriam um só corpo;

Vendo, pois Raquel que não dava filhos a Jacob, teve Raquel inveja da sua irmã, e disse a Jacob: Dá-me filhos, ou senão eu morro. Então se acendeu a ira de Jacob contra Raquel e disse: Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto de teu ventre? E ela lhe disse: Eis aqui a minha serva, Bilha; Entra nela para que tenha filhos sobre meus joelhos, E eu, assim, receba filhos por ela (ATWOOD, 2017, p.5).

Offred chega a mencionar no livro que isso não era um estupro uma vez que ela concordava com aquela situação, pois preferiu isso a ir para as colônias onde seria exposta a radiação até morrer. Embora é possível diagnosticar que tantas foram as distorções de valores e crenças em que fizeram ela acreditar, que ainda se fosse um estupro ela na condição de vítima, não se daria conta.

A narradora descreve como essa ideia de submissão e ajustamento às leis dos "Filhos de Jacó" estavam profundas nela, em determinados pontos do livro ela refere-

se a uma delegação de turistas do Japão com demasiada repulsa, mesmo que em pensamento:

Paro de andar. Ofglen para ao meu lado e sei que ela também não consegue tirar os olhos daquelas mulheres. Estamos fascinadas, mas ao mesmo tempo sentimos repulsa. Elas parecem despidas. Foi preciso tão pouco tempo para mudar nossas ideias a respeito de coisas como essa. Então penso: eu costumava me vestir assim. Isso era liberdade (ATWOOD, 2017, p.31).

As Aias foram doutrinadas de tal forma que começaram a acreditar que aquele modo de vida era natural, e único. Offred representa isso na narrativa em muitos pontos. Os relacionamentos descritos são frios e distantes. “O comandante é o chefe, o dono da casa. A casa é o que ele possui. Para possuir e manter sob controle até que a morte nos separe. O porão de carga de um navio. Vazio” (ATWOOD, 2017, p.73). Tão pouco existem sentimentos humanos, embora em sua consciência ainda esteja presente a filha tirada de seus braços e o marido desaparecido, a própria narradora se vê crente dos próprios dogmas impostos pelo sistema em que ela vive:

Minha nudez já é estranha para mim. Meu corpo parece fora de época. Será que realmente usei trajes de banho, na praia? Usei, sem pensar, entre homens, sem me importar que minhas pernas, meus braços, minhas coxas e costas estivessem à mostra, pudessem ser vistas. *Vergonhoso, impudico* (ATWOOD, 2017, p.59).

As Aias depois de gerar os filhos, deveriam dá-los para as esposas, ao qual as criariam como se fossem suas mães, Aias não tinham direito algum sobre as crianças geradas por elas e não poderiam ficar com estas crianças, muitas vezes eram passadas para outras famílias para evitar contato com o recém-nascido. A aia relata uma resiliência e força durante toda a fragmentada narrativa, que vai do presente ao passado, pelo desejo de encontrar sua filha que foi tirada dela quando foram capturados. “Rezo silenciosamente: *Nolite te bastardes carborundorum*. Não sei o que significa, mas terá que servir, porque não sei mais o que dizer a Deus. Não agora. Não como se costumava dizer, nesta conjuntura” (ATWOOD, 2017, p.83). Não permita que os bastardos te reduzam às cinzas. Alguém gravou essas palavras na parede do armário. Eram palavras de esperança.

3 FEMINISMO COMO TRANSFORMADOR SOCIAL

Quando o assunto é mulher, a sociedade generaliza como sexo mais frágil e em consequência automaticamente se remete a certa diminuição tanto de poder quanto de capacidades em relação ao homem. Ainda se vive em uma sociedade onde o patriarcado fala mais alto e a mulher é vista como aquela que deve cuidar do lar, dos filhos e do marido, muitas vezes acaba abdicando da carreira profissional para se dedicar aos cuidados maternos.

A definição para o feminismo segundo o que cita Garcia é:

Sempre que as mulheres - individual ou coletivamente - criticaram o destino injusto e muitas vezes amargo que o patriarcado lhes impôs e reivindicaram seus direitos por uma vida mais justa estamos diante de uma ação feminista. (GARCIA, 2015, p.13)

Nesse contexto, ainda citado pela mesma autora acima mencionada, é a partir da compreensão das mulheres como um coletivo humano do abuso e repressão ao qual sempre foram vítimas por meio do patriarcado, que o feminismo se define, e isso as motivou para que buscassem a liberdade, para que de fato as transformações ocorressem na sociedade. Embasado nisso vê-se o feminismo tanto como um movimento social, quanto uma filosofia política (GARCIA, 2015, p.13).

Hooks (2019, p.13) define em sua obra o feminismo como sendo, um “movimento para acabar com o sexismo”. A autora elucida que o maior problema é o patriarcado, este que ensina a sociedade a aceitar o sexismo institucionalizado. Afirma ainda, que mulheres também podem vir a ser sexistas, que isso não é uma ação exclusiva dos homens, uma vez que o movimento não se baseia em mulheres contra homens e sim uma luta na substituição de pensamentos sexistas por pensamentos e ações feministas.

O movimento feminista organizado teve origem na década de 60(sessenta), o movimento objetivava, não apenas a emancipação da mulher, mas sim sua libertação (ALVES e ALVES, 2013). Um dos grandes nomes do movimento foi Simone de Beauvoir que em 1949 publicou a obra O Segundo Sexo, onde aborda muitos temas sobre a opressão feminina;

Os misóginos criticaram muitas vezes as mulheres de ação por 'se negligenciarem'; mas também lhes pregaram que se quisessem ser iguais a eles deveriam deixar de se maquiar e de pintar as unhas. Este último conselho é absurdo. A ideia de feminilidade impõe-se de fora a toda mulher, precisamente porque se define artificialmente pelos costumes e pelas modas; ela pode evoluir de maneira que os cânones se aproximem dos que adotam os homens: nas praias, as calças compridas tornaram-se femininas. Isso não modifica em nada o fundo da questão: o indivíduo não tem liberdade de moldá-la à vontade. A mulher que não se conforma com isso desvaloriza-se sexualmente e, por conseguinte, socialmente, porquanto a sociedade integrou os valores sexuais (BEAUVOIR, 1980, p.663).

O foco do movimento feminista é pôr fim ao sexismo, a exploração sexista juntamente com a sua opressão, ele nada tem a ver com ser um movimento contra os homens. Desde o nascimento, mulheres e homens são socializados para aceitar os pensamentos e ações sexistas. O sexismo institucionalizado é conhecido como patriarcado, e são os homens, enquanto grupo, que mais têm benefícios com ele. Com medo de perder seus benefícios, a grande maioria dos homens, apoia passivamente a dominação masculina mesmo sabendo que estão errados (HOOKS, 2019, p.13).

Adichie (2014, p.58), acredita que falar sobre o problema de gênero é difícil, porque as pessoas tendem a se irritar, sejam homens ou mulheres, já que mudar é penoso. As pessoas costumam questionar o fato de o nome "feminista" parecer agressivo, e não ser usado apenas direitos humanos, no lugar, já que se trata também de direitos humanos os direitos das mulheres.

A referida autora enfatiza:

Porque seria desonesto. O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral — mas escolher uma expressão vaga como 'direitos humanos' é negar a especificidade e particularidade do problema de gênero. Seria uma maneira de fingir que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos. Seria negar que a questão de gênero tem como alvo as mulheres. Que o problema não é ser humano, mas especificamente um ser humano do sexo feminino. Por séculos, os seres humanos eram divididos em dois grupos, um dos quais excluía e oprimia o outro. É no mínimo justo que a solução para esse problema esteja no reconhecimento desse fato (ADICHIE, 2014, p. 59).

Hooks (2019, p.18) disserta que a grande maioria das pessoas acredita que feminismo é a luta das mulheres pela igualdade com os homens, visto que, essa ignorância do real objetivo do feminismo dá-se porque a maioria aprende sobre feminismo na mídia de massa patriarcal, e a imagem que aparece para as grandes massas é a figura de mulheres lutando pela igualdade de gênero, salários iguais para

funções iguais ou dividindo o trabalho doméstico. O que se observa é que essas mulheres no geral são brancas e economicamente privilegiadas.

Segundo a referida autora ainda através da mídia aprendem que o feminismo busca a libertação das mulheres com foco em temas como liberdade para abortar, para ser lésbica e para desafiar situação de estupro de violência doméstica. Essa equivocada noção do movimento feminista ser contra os homens pressupõe que os espaços feministas como um todo seriam lugares em que o patriarcado e o pensamento sexista estariam ausentes.

Nesta perspectiva de o que de fato é o feminismo, a autora destaca que embora o movimento seja uma luta contra o sexismo, esse sentimento anti homem era presente no início das ativistas do feminismo. Isso devido a dominação masculina que promoveu muito sentimento de injustiça e raiva nas mulheres. Mas com o passar do tempo, essa luta, juntamente com esse espírito de rebeldia das mulheres pela libertação, foram dando espaço para um pensamento de que os homens não eram os únicos que apoiavam os comportamentos com pensamentos sexistas, porque as mulheres também poderiam apoiar.

As brasileiras valorizam bastante a liberdade conquistada, porquanto em resposta à pergunta 'Como é ser mulher hoje?' 39% ressaltaram sua inserção no mercado de trabalho e a independência que isto lhes confere; 33% referiram-se à liberdade de agir segundo seu desejo e, desta sorte, poder tomar decisões; apenas 8% mencionaram a conquista de direitos políticos, o que é verdadeiro desde a Constituição Federal de 1988, e a igualdade de direitos em relação aos homens. Esta resposta não foi nuançada, pois, segundo a Carta Magna, assim como de acordo com a legislação infraconstitucional, a igualdade existe. O problema reside na prática, instância na qual a igualdade legal se transforma em desigualdade, contra a qual tem sido sem trégua a luta feminista (SAFFIOTI, 2015, p. 43).

A perspectiva de que uma pessoa é feminista apenas por ter nascido do sexo feminino é errônea, uma vez que não se nasce feminista e sim se torna feminista. Desde sempre mulheres foram educadas e socializadas para acreditar tanto quanto homens em pensamentos e valores sexistas, a única diferença é que os homens que se beneficiam do sexismo e a consequência disso é eles terem dificuldade de abrir mão dos privilégios do patriarcado. Portanto antes de mudar o patriarcado, era preciso as mulheres mudarem a si mesmas (HOOKS, 2015, p.25).

Sabíamos, por experiência própria, que, como mulheres, fomos socializadas pelo pensamento patriarcal para enxergar a nós mesmas como pessoas inferiores aos homens, para nos ver, sempre e somente, competindo uma com as outras pela aprovação patriarcal, para olhar umas às outras com inveja, medo e ódio. O pensamento sexista nos fez julgar sem compaixão e punir duramente umas às outras. O pensamento feminista nos ajudou a desaprender o auto ódio feminino. Ele nos permitiu que nos libertássemos do controle do pensamento patriarcal sobre nossa consciência (HOOKS, 2015, p.35).

O feminismo é um dos movimentos sociais que mais se globalizaram nas últimas décadas, “para aumentar nosso impacto e nossa capacidade de transformação da sociedade, tivemos de desenvolver uma abordagem que permita ao conjunto das mulheres se identificarem com a nossa luta” (MATTE, 2003). E ainda se fez necessário visualizar as lutas e desigualdades diferentes baseados nos privilégios de cada lugar.

Deste modo, é possível que o movimento esteja unido para estar de frente para as lutas nacionais, regionais e avançando para mundiais para Matte (2003) “fazer reconhecer a indivisibilidade dos direitos econômicos, sociais, políticos e culturais das mulheres”.

De acordo com Wolf (2018, p.46), o mercado de trabalho para a mulher, sofre fortemente os resquícios do que o patriarcado faz para desmoralizar o gênero feminino, usando da sexualidade para afastar a competência, como se o corpo da mulher fosse impróprio e motivo de menor inteligência. A objetificação do corpo feminino, que é violentado simbolicamente para deturpar imagens e caráter, relativizando a mulher como boa ou má profissionalmente. A referida autora ainda disserta que; “Quanto mais numerosos foram os obstáculos legais e materiais vencidos pelas mulheres, mais rígidas, pesadas e cruéis foram as imagens da beleza feminina a nós impostas. Muitas mulheres percebem que nosso avanço coletivo foi detido” (WOLF, 2018, p.16)

Ainda nessa perspectiva Amorim, Gonçalves e Granville (2019, p. 62) descrevem:

O patriarcado produz signos próprios para que prevaleça a dicotomia da distinção dos gêneros, introjetado no inconsciente de homens e mulheres seus papéis de controlador e submisso, respectivamente, sendo a violência justificada e acobertada pela sociedade em geral.

Ainda neste contexto Beauvoir (1980) acreditava que desde a infância a mulher é ensinada a se portar de maneira pudica, não sentar de tal maneira, usar determinada roupa e brincar somente com os brinquedos “de menina”, é uma pressão cultural imposta para que a mulher seja necessariamente feminina. Comportamentos vistos como intoleráveis para as mulheres são sempre toleráveis para os homens e nunca são questionados por atitudes duvidosas, sempre a mulher. A mulher conseguiu se inserir no mercado de trabalho, mas ainda luta para driblar o salário menor, a imposição da sociedade e família, para cuidar do lar e dos filhos e ainda trabalhar fora, todas situações que não são cobradas socialmente do homem.

“Uma das mais divulgadas em intervenções positivas do movimento feminista contemporâneo é de longe até hoje o esforço para criar e sustentar uma maior conscientização cultural sobre a violência doméstica” (HOOKS, 2019, p.95), nessa perspectiva, Hooks (2019, p.96) ainda fala que a grande maioria das pessoas concorda com salários iguais e concorda também com a não agressão de mulheres e crianças, muito embora quando é dito para estas mesmas pessoas que a violência doméstica é fruto do sexismo, e que só acabará com o fim do mesmo, estas pessoas não fazem a ligação e nexos com causa, já que para isso é necessário mudar maneiras fundamentais de pensar gênero.

O livro *O conto da aia*, é visto como uma obra feminista, justamente, por trazer essas questões tão implícitas, da forma como mulher é tratada, e de todo o contexto de luta do movimento e evolução que ele já teve.

4 O CONTO DA AIA E A MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA

No Brasil atualmente, de acordo com Guedes e Nóbrega (2019), as mulheres representam 52% do eleitorado, porém comparado aos cargos de poder os números são bem inferiores. Representam menos de 11% das cadeiras do Parlamento, mostrando de fato a sub-representação feminina no legislativo.

Estes números colocam o Brasil na posição 152^a de mulheres no poder levando em consideração que a lista contém 192 países medindo a representatividade feminina na Câmara dos Deputados. Ainda neste contexto o país está 161^a de mulheres em cargos no executivo comparado com 186 países, divulgado pela *Inter Parliamentary Union* (GUEDES; NÓBREGA, 2019).

Ao observar as sessões do Congresso Nacional é possível identificar que as mulheres não se elegem e nem conseguem ocupar cargos públicos em consequência de constrangimentos e abusos diários (FLORENTINO, 2018).

Senado Federal, compreende que o que tem afastado as mulheres de carreiras políticas é a constatação de dificuldades dentro dos partidos políticos, são exemplos a falta de apoio, e conseqüentemente a falta de competitividade em relação aos seus concorrentes masculinos.

Em O Conto da Aia é possível deparar-se com a figura de Serena Joy, que juntamente com o seu esposo pensou e colocou em prática o golpe, já que suas crenças eram parecidas. Serena era uma ativista cristã de fato, com um livro publicado. Uma vez instalada a República de Gilead, a escritora abdicou dos seus direitos políticos para filiar-se há um novo propósito do governo sendo totalmente excluída da política, sem direito a voz, ela e todas as mulheres da República (FEITAL, 2018).

Era boa oradora, sabia fazê-los. Seus discursos eram sobre a santidade do lar, sobre como as mulheres deveriam ficar em casa. Ela mesmo não ficava, em vez disso, Serena Joy fazia discursos, mas apresentava essa sua fala como um sacrifício que estava fazendo pelo bem de todos. [...] Ela não fazia mais discursos. Tornou-se incapaz de falar. Fica em casa, mas isso não lhe parece fazer bem. Como deve estar furiosa agora que suas palavras foram levadas a sério (ATWOOD, 2017, p. 44).

A Lei n. 9504/97, que posteriormente fora alterada pela Lei n.12.034/2009, dispõe de cotas para candidaturas, demonstrando um avanço no aspecto de inclusão de gênero, servindo como um incentivo para mulheres no legislativo (GUEDES E NÓBREGA, 2019).

Art. 10. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, salvo:

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo (BRASIL, 1997).

No aspecto mundial a *Inter Parliament Union* (IPU), divulgou uma pesquisa, a "Women in Parliament", que verifica que a média global de mulheres em parlamentos

é de 25%, a grande maioria ainda é de homens portanto as mulheres parlamentares geralmente estão sub representadas nos órgãos de tomada de decisão. O Brasil no contexto de mulheres em cargos de poder, fica atrás de países como Cuba, México e Bolívia, todos com maior número de mulheres em cargos de poder.

Para Miguel e Birolli (2010), as questões que influenciam na não avidez política das mulheres, é que elas se auto avaliam, qualificadamente, de uma forma bem mais rigorosa que os homens. Ainda que sua formação escolar, ou experiências profissionais sejam muito parecidas com as masculinas, mulheres têm a tendência de se julgar menos preparadas a ocupar cargos de poderes que os homens. Até mesmo aqueles homens que se julgam como pouco ou nada qualificados têm muito mais chances de entrar em uma disputa política, do que mulheres que se julgam da mesma forma. Esse autojulgamento da sua própria capacidade dá-se com causa no ambiente sexista da política.

Acontece que durante a vida, homens são ensinados a serem confiantes e assertivos com si próprios, já nas mulheres essas características são vistas como inadequadas. Mulheres estão acostumadas com a exigência de serem super qualificadas, isso de forma imposta, ao ingressarem em um espaço privilegiado que é a política, porque para as mulheres a cobrança sempre é superior em relação a competência (MIGUEL; BIROLI, 2010).

A partir de estudos, especialistas vem, que uma única visão imposta por uma única pessoa para comandar um país ou uma empresa não traz bons resultados. Bons líderes necessitam ter empatia e cuidado, características associadas às mulheres. Além de ser a efetivação da democracia, ter mulheres participando da tomada de decisões é um dos aspectos básicos para que o interesse das próprias mulheres seja levado em conta na criação das políticas públicas (ROSAS, 2020).

Para Saffioti (2015, p. 54): “Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado”.

De acordo com Mori (2018) há de elencar que homens e mulheres dedicam tempos distintos ao trabalho doméstico, uma vez que as mulheres gastam muito mais horas semanais neste trabalho que os homens. Existe um consentimento social de que os homens podem ser liberados das tarefas domésticas diárias e cuidados com os filhos, uma vez que as mulheres suprem essa necessidade, dessa forma podem

se dedicar a organização política e sindical. “Empobrecidas e com mais sobrecarga de trabalho é justo questionarmos como as famílias tradicionais ainda operam nessa lógica reprodutora de desigualdades entre mulheres e homens” (MORI, 2018).

O citado autor, ainda acredita ser necessário resgatar o real sentido da política como expressão da democracia, da vontade popular, soberana nos meios terminantes de suas vidas. Mulheres querem exercer o poder não para manter os privilégios de inventores de mandatos e sim para não fazer a mesma política já feita até hoje.

E ao afastar a sub-representatividade da mulher, Birolli (2018) disserta: “Estamos falando da possibilidade não apenas de que mulheres se elejam, mas de que tenhamos representantes comprometidos com a construção de um mundo melhor para todas as mulheres”.

Ao não fazer mais a mesma política, ao qual até hoje não representou de fato os direitos das mulheres, e sim os sub representou, os direitos coletivos e individuais femininos estarão nas mãos de quem realmente tem conhecimento de causa para os legislar.

3 CONCLUSÃO

Considerando o estudo realizado para elaboração deste artigo, é possível concluir que, A Obra da autora, nos remete a uma perspectiva feminista, levando o leitor a uma avaliação sobre o papel da mulher em variados campos da sociedade.

O feminismo pode ser interpretado tanto como movimento social ou como uma filosofia, onde busca através dos tempos, a equidade de gêneros. Nessa perspectiva com o presente trabalho, foi possível constatar, que a mulher ao longo dos anos foi o gênero que mais sofreu. Num primeiro momento com a falta de reconhecimento da capacidade civil, sempre tendo a sua personalidade atrelada a um sexo masculino, primeiro por seu pai, depois por seu marido. O feminismo trouxe a luta pela busca de direitos e a emancipação feminina.

Atualmente ele luta contra um patriarcado institucionalizado, que a partir de preceitos sexistas, leva a mulher a situações como: a violência doméstica, o feminicídio, salários menores para mesma função, e enfim o assunto em foco da pesquisa, que é a representação feminina na política.

Avaliou-se que mesmo com cotas de gênero, o patriarcado contribuí, para o número muito inferior de mulheres em funções públicas do Estado, isso se deve desde o momento em que para a mulher existe uma cobrança absurda em relação ao lar, família e filhos, cobrança essa que é facilitada para os homens, que podem destinar mais tempo para a vida pública. Outro aspecto que diminui o número de mulheres na política, é o fato de sofrerem preconceitos de gêneros nos próprios partidos, onde sempre a sua moral e seu corpo é tido em prova para o povo, situação esta em que não acontece com o gênero masculino.

Ainda nesta perspectiva, o sistema sexista onde a sociedade está atrelada, pois historicamente foi criada nela, faz com que as próprias mulheres duvidem de suas capacidades intelectuais, uma vez que foram criadas para se cobrarem e serem cobradas muito mais que homens.

Uma sociedade doente onde mulheres não têm representatividade é um risco para o futuro dessas mulheres. O meio cabível para a igualdade de gêneros é dar voz às representantes do sexo feminino, que foram ao longo da história subjugadas e menosprezadas. Através do feminismo é possível lutar para dar voz a essas mulheres, que inseridas na política podem representar uma população inteira de mulheres que necessitam de igualdade de gênero.

Efetivamente para que essa representação seja de fato existente e que a democracia aconteça é necessário mudar o pensamento sexista do patriarcado que hoje dificulta a inserção da mulher na política, nosso país ainda está em passos lentos em relação ao número de mulheres na representação política.

No Brasil o número de mulheres eleitas em cargos públicos, encontra-se em posição baixíssima em comparativo com outros países, demonstrando que de fato a mulher está sub representada por homens que se beneficiaram por anos do patriarcado. E, ao deixar, que estes representem direitos e anseios ao qual não compreendem, por não serem mulheres e por viverem e de certa forma acordarem com um sistema patriarcal, é deixar com que mais mulheres sejam mortas, sejam violentadas, subjugadas e vivam à margem da sociedade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução: Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. In: SEMINÁRIO CETROS; 4. 2012. Fortaleza. **Anais [...]**. Itaperi, maio. 2013. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf. Acesso em: 19 nov. 2020.

AMORIM, Elba Ravane A. GONÇALVES, Rosineide. GRANVILLE, Roberta. Anais do Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência Contra à Mulher - Elma Novaes (NUGEN). **Asces Unita**. Caruaru: NUGEN, 2019. Disponível em: <http://200-98-146-54.clouduol.com.br/handle/123456789/1963>. Acesso em: dez. 2020

ATWOOD, Margaret Eleanor. **O conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIROLI, Flavia. Por que é importante ampliar o número de mulheres na política? **Gênero e Número**, set. 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/a-politica-de-cotas-para-as-mulheres-no-brasil-importancia-e-desafios-para-avancar-2/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Saraiva. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Mulheres na política**. Procuradoria Especial da Mulher. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-mulheres-na-politica>. Acesso em: 19 jul. 2020.

FEITAL, Yasmine; WINTER, Yasmin; SOUZA, Fanny, KOLINSKI MACHADO, Felipe Viero. The Handmaid's Tale: A representação da mulher na Série e a proximidade com a realidade brasileira. **Intercom**. Belo Horizonte, jul./set. 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/R63-0598-1.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

FLORENTINO, Karonline. **Representatividade das mulheres na política**. Politize. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mulheres-na-politica/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. 3.ed. São Paulo: Claridade, 2015.

GUEDES, Jefferson Carús. NÓBREGA, Ana Karina Vasconcelos da Nóbrega. Da sub representatividade feminina na política com ênfase no art. 10, § 3º da lei nº 9.504/97: ineficácia das ações afirmativas e a busca pelo modelo político ideal. **Brazilian Journal of Development**. Brasília, ago. 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7493>. Acesso em: 01 dez. 2020.

HAJE, Lara. **Baixa representatividade de brasileiras na política reflete na Câmara**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/>. Acesso em: 09 jul. 2020.

HOOKS, bell, 1952 - **O feminismo é para todo mundo**: política arrebatadoras. 8.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Gender equality**. Disponível em: ipu.org/our-impact/gender-equality. Acesso em: 20 jul. 2020.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Monthly ranking of women in national parliaments**. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=6&year=2020>. Acesso em: 19 jul 2020.

MATTE. Diane. Um espaço para mudança. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200020>

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n. 3, set./dez., 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300003>.

MORI, Natalia; SILVA, Carmen. Mulheres na política: uma luta insistente e permanente. **Heinrich Boll Stiftung**. Rio de Janeiro, ago. 2018. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2018/08/27/mulheres-na-politica-uma-luta-insistente-e-permanente>. Acesso em: 19 jul. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ROSAS, Maria. A importância da representatividade feminina na política. **Republicanos 10**. São Paulo, abr. 2020. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/mulheres-republicanas/a-importancia-da-representatividade-feminina-na-politica/> Acesso em: 19 jul. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, Gustavo Vilella. A violência de gênero no Brasil e o gemido das mulheres evangélicas. **Revista Teológica Discente Metodista**, v.1, n.1, p.131- 142, jan./dez. 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/discernindo/article/viewFile/4773/4058>. Acesso em: 06 dez. 2020.

WOLF, Naomi. **Mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução: Waldeia Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Artigo recebido em: 03/12/2020

Artigo aceito em: 23/12/2020

Artigo publicado em: 24/02/2022